



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS | 2018

ASSEMBLEIA GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

Carlos António Martins Gonçalves Camelo
Vice-Presidente

Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga
Secretária

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

Ana Cristina Luz Lemos Almeida
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Manuel Alves
Vice-Provedor

José António Vieira Bastos Cardoso
Tesoureiro

Regina Maria Andrade Pereira
Secretário

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Sofia Neves de Queiroz Neves
Suplente

Constança Mariana Delgado Baldaia
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Pedro Nuno de Lima Ferreira
Vice-Presidente

Maria da Saudade Alves casinhas Mourão Neves
Vogal

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente



Caros Associados presentes à Assembleia-Geral de 26 de Fevereiro 2019:

Dando cumprimento ao preceituado na alínea d) do n.º 5 do artigo 7º dos Estatutos, a Mesa Administrativa submete à Assembleia-Geral a apreciação das Contas da Associação referente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2018, assim como o respectivo Relatório da Gestão, fazendo acompanhar a este Relatório o devido Parecer do Definitório.

MENSAGEM

O exercício relativo ao ano 2018 ficará indubitavelmente marcado por mais uma viragem segura na História da nossa Associação, pese embora a circunstância de não podermos, por enquanto, de dar seguimento à tarefa primeira caracterizadora da sua fundação, que é a gestão do nosso Hospital, interrompida intempestivamente pelos desmandos de Abril.

A partir de 2013 foi gizada a actividade da Associação na criação de rendimentos que fizessem face à quebra da receita proveniente do arrendamento hospitalar ao Estado, sendo remodelado o nosso património imobiliário adaptando-o a factores de rendimento.

E porque esses rendimentos apenas cobriam satisfatoriamente as despesas, restou a alternativa de arrendar os inadequados edifícios hospitalares porque requeriam avultados compromissos financeiros de que a Instituição não dispõe.

É relevante o facto da vertente hospitalar não ter suscitado interesse a qualquer parceiro.

A alternativa de se proceder ao arrendamento dos edifícios hospitalares, por um período de 30 anos e deixando ao arrendatário todo o investimento financeiro nesse património imobiliário que é estimado em 10M€, foi a que se decidiu por ser a mais conveniente em virtude da Instituição no final desse período ficar de posse desse património devidamente actualizado e conservado em termos de utilização futura, premissas estas que são constantes do respectivo contrato de arrendamento.

Dessa forma, resultou a Missão de perpetuar a Associação, facto que nos incumbe e aos futuros Órgãos Sociais da nossa Associação.

Relativamente à demanda contra o Estado e Centro Hospitalar do Porto, continuou o seu desenvolvimento não restando à Associação outra solução que aguardar o seu desfecho.

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Após análise das Contas de 2018, somos a considerar que o exercício económico de 2018, caracterizou-se pelo equilíbrio económico e financeiro sob todos os aspectos analisados e apesar de o resultado líquido apurado ser de valor negativo (10.089,53), as suas Contas já espelham a tendência para no próximo ano atingir resultados positivos e permitir um envolvimento sério da Associação num programa da economia social que se prevê ser implementado.

Ao nível do potencial de caixa a Associação em 2018 obteve progressos muito significativos, pois em 2017 o seu EBITDA era negativo (56.801,58) obrigando ao dispêndio de reservas financeiras para financiar despesas correntes, enquanto no exercício em análise já dispôs de uma margem positiva de 62.299,31 euros que permitiu gerir a Associação com algum desfogo, fruto de boas opções de gestão tomadas pela Mesa Administrativa como forma de atingir a sustentabilidade.

	2018	2017
Resultado antes depreciações, financeiros e impostos	62.299,31	-56.801,58
Resultado Líquido Exercício	-10.089,53	-128.572,33

Analisando o Balanço, o Activo não Corrente evidencia um património sólido, composto por activos fixos tangíveis de grande valor patrimonial, objecto nos últimos anos de uma grande renovação imobiliária, valorizados ao custo histórico por 2.326.197,43 euros e um Activo corrente composto fundamentalmente pelas reservas financeiras que em 31/12/2018 se cifravam em 190.697,10 euros, podendo ser afirmado, em resumo, que este Activo dá estabilidade à Associação.

	2018	2017
Activo		
Não corrente	2.329.597,38	2.417.413,16
Corrente	221.349,95	159.254,81
Total	2.550.947,33	2.576.667,97

Os Fundos Patrimoniais em 2018 ascendem a um valor muito significativo, 2.482.875,99 euros, representam 97,33 % do total do Activo, expressam a independência da Associação perante terceiros.

O Resultado Líquido obtido é negativo, -10.089,53, mas já próximo do equilíbrio necessário e bastante superior ao conseguido no exercício anterior.

O Passivo não Corrente em 2018 sofreu uma diminuição em relação ao exercício anterior em algumas das suas componentes, fixando-se em 68.071,34 euros.

A rubrica de fornecedores evidencia uma diminuição de 9.891,14 euros e os diferimentos contabilizados no valor de 13.735,85, referem-se a rendimentos a reconhecer no exercício de 2019 não sendo considerados passivos financeiros.

O saldo da conta Outros Passivos Correntes no valor de 46.147,35 euros não teve grandes alterações relativamente a 2017, diz respeito a uma factura de 24.350,55 euros em débito à Francfil Lda., não tendo ainda sido liquidada em resultado de um litígio com essa empresa, e o restante são passivos correntes.

	2018	2017
Passivo		
Passivo Corrente		
Fornecedores	5.703,88	15.595,02
Estado	2.484,26	2.721,23
Diferimentos	13.735,85	
Outros Passivos Correntes	46.147,35	47.035,15
Total	68.071,34	65.351,40

Finalmente impõe-se uma análise à execução da conta de Resultados de 2018, tendo por comparação a previsão apresentada no Programa de Acção Orçamento para 2018

	Execução	Orçamento	Desvio	Execução
	2 018	2 018	2 018	2 017
Prestações de Serviços	140 563,76	161 786,00	-21 222,24	133 141,31
Quotas dos Associados	4 316,50	3 480,00	836,50	2 675,32
Residência estudantes	136 240,19	158 306,00	-22 065,81	130 465,99
Serviços secundários	7,07	0,00	7,07	
Subsídios, doações e legados à exploração	320,00	0,00	320,00	
Fornecimentos e Serviços Externos :	83 277,93	63 573,00	19 704,93	82 323,68
Subcontratos	25,20	0,00	25,20	
Serviços especializados	21 402,45	17 744,00	3 658,45	23 889,26
Trabalhos especializados	18 292,19			17 839,47
Honorários				675,00
Conservação e reparação	2 549,45			4 933,21
Serviços bancários	532,56			441,58
Outros	28,25			
Materiais	2 207,38	2 500,00	-292,62	6 283,04
Ferramentas				110,15
Livros e documentação técnica	3,25			
Material de escritório	974,89			1 276,24
Outros materiais	1 229,24			4 896,65
Energia e Fluidos	22 545,52	24 020,00	-1 474,48	24 459,85
Eletricidade	12 400,81			12 441,62
Água	6 209,49			8 856,34
Gás	3 935,22			3 161,89
Deslocações e estadas				1,80
Serviços diversos	37 097,38	19 309,00	17 788,38	27 689,73
Rendas e alugueres	1 113,09			1 484,12
Comunicação	5 266,23			5 371,41
Seguros	6 850,02			5 125,10
Contencioso e notariado	5 093,57			
Despesas de representação	12 203,54			10 280,68
Limpeza, Higiene e conforto	1 963,42			1 747,42
Outros serviços	4 607,51			3 681,00
Gastos Pessoal	108 739,24	109 460,00	-720,76	109 322,89
Remunerações	84 440,62	78 400,00	6 040,62	84 090,71
Benefícios pós-emprego	6 623,68	5 669,00	954,68	6 623,68
Indemnizações				35,51
Encargos sobre remunerações	17 674,94	25 391,00	-7 716,06	17 639,70
Seguro acidentes no trabalho				918,29
Outros gastos				15,00
Outros Rendimentos	112 646,46	0,00	112 646,46	237,66
Rendimentos suplementares	77,00		77,00	237,66
Rendas em propriedades	112 500,00		112 500,00	
correções rel. Exerc. Anteriores	69,46		69,46	
Juros , dividendos	924,27	0,00	924,27	1 567,91
Outros Gastos	176,29	60,00	116,29	140,17
Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp.	62 261,03	-11 307,00	73 248,03	-56 839,86
Gastos /reversões de depreç e amortização	72 388,84	70 313,00	2 075,84	71 770,75
Resultado Operacional	-10 127,81	-81 620,00	71 172,19	-128 610,61
Juros e rendimentos similares obtidos	38,28	2 000,00	-1 961,72	38,28
Resultado antes de Impostos	-10 089,53	-79 620,00	69 210,47	-128 572,33
Resultado Líquido do período	-10 089,53	-79 620,00	69 210,47	-128 572,33

Deixam-se as Contas para apreciação e votação da Assembleia-Geral, não sem que se faça o reparo no Anexo ponto 6. Seguro de Acidentes de Trabalho que se encontra a 0,00 deve ler-se o montante de 681,09€ que por lapso está mencionado na Conta 62633.

Na conclusão deste Relatório e Contas 2018, pretendemos deixar uma mensagem de agradecimento aos membros da Mesa da Assembleia-Geral e do Definitório, pela sua competência e colaboração e a todos os colaboradores pelo empenho, dedicação e colaboração.

Porto e AHCMP, 11 de Fevereiro 2019

A Mesa Administrativa

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2018

(em euros)

Rubrica	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.329.597,38	2.417.413,16
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		2.329.597,38	2.417.413,16
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	8.2	17.747,02	5.439,02
Estado e outros entes públicos	8.9	1.330,13	4.973,46
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos	8.4	197,84	1.360,54
Outros ativos correntes	8.3	11.377,86	12.059,23
Caixa e depósitos bancários	8.5	190.697,10	135.422,56
Total ativo corrente		221.349,95	159.254,81
Total ativo		2.550.947,33	2.576.667,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	8.7	2.207.167,92	2.207.167,92
Excedentes técnicos			
Reservas	8.7	6.832,66	6.832,66
Resultados transitados	8.7	278.964,94	425.888,32
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		(10.089,53)	(128.572,33)
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		2.482.875,99	2.511.316,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.8	5.703,88	15.595,02
Estado e outros entes públicos	8.9	2.484,26	2.721,23
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	8.4	13.735,85	
Outros passivos correntes	8.10	46.147,35	47.035,15
Total passivo corrente		68.071,34	65.351,40
Total passivo		68.071,34	65.351,40
Total fundos patrimoniais e passivo		2.550.947,33	2.576.667,97

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado | Paulo Filipe Matias Gomes Moraes

A Mesa Administrativa

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o nº 92739

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2018

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	5	140.563,76	133.141,31
Subsídios, doações e legados à exploração		320,00	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	8.11	(83.277,93)	(82.323,68)
Gastos com o pessoal	7	(108.739,24)	(109.322,89)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	8.12	113.609,01	1.843,85
Outros gastos	8.13	(176,29)	(140,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		62.299,31	(56.801,58)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(72.388,84)	(71.770,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(10.089,53)	(128.572,33)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(10.089,53)	(128.572,33)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(10.089,53)	(128.572,33)

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado | Paulo Filipe Matias Gomes Morais

A Mesa Administrativa

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o nº 92739

1 Identificação da Entidade

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882, com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotada do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social com efeitos a partir de 09/06/1991, no Livro nº4 das Instituições com Fins de Saúde, sob o nº 4/93, tendo adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em conformidade com o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº172-A/2014 de 14 de Novembro, tem por objecto dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade e, para a concretização do seu fim, pode conceder bens e desenvolver actividades de intervenção social designadamente nas áreas da saúde, social, cultura e económica, sendo na sua Natureza Jurídica, uma Associação de Direito Privado cujo Certificado de Admissibilidade tem a pertença do nº 201 801 94 89 com CAE Principal 88990 e CAEs Secundários 55900, 55201 e 55204, tendo sido emitido em 19/02/2018 13:01:29 UTC.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 15 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Não foram derrogadas disposições do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respectivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte da Gerência com base no modo como as demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	50
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	3

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

3.2.2 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “instrumentos financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes

fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e utentes e outras contas a receber

Os clientes e utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC):

- a) as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2018					
	Outros ativos fixos tangíveis					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. admin.	Invest. em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:						
Saldo em 31.12.2017	576.111,57	4.273.821,35	265.648,59	156.914,41	93.399,95	5.365.895,87
Adições		1.658,00	175,04	197,95		2.030,99
Alienações						
Retiradas	-17.457,93					-17.457,93
Transferências						
Saldo em 31.12.2018	558.653,64	4.275.479,35	265.823,63	157.112,36	93.399,95	5.350.468,93
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Saldo em 31.12.2017		2.543.984,72	252.742,45	151.755,54		2.948.482,71
Adições		70.130,70	2.172,91	85,23		72.388,84
Alienações						
Saldo em 31.12.2018		2.614.115,42	254.915,36	151.840,77		3.020.871,55
QUANTIA ESCRITURADA	558.653,64	1.661.363,93	10.908,27	5.271,59	93.399,95	2.329.597,38

5 Rédito

Descrição	2018	2017
Quotas dos Associados	2.186,00	564,00
Mensalidades residências para estudantes	138.377,76	132.577,31
Total	140.563,72	133.141,31

6 Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais não usufruem remuneração;

O número médio de pessoas ao serviço da instituição em 31/12/2018 foi 6, igualmente em 31/12/2017.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2018	2017
Pessoal		
Remunerações	84.440,62	84.090,71
Benefícios pós-emprego	6.623,68	6.623,68
Indemnizações	0,00	35,51
Encargos sociais	17.674,94	17.639,70
Seguro acidentes trabalho	0,00	918,29
Outros gastos	0,00	15,00
TOTAL	108.739,24	109.322,89

7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

8 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

8.1 Investimentos Financeiros

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas		
Outros investimentos financeiros – Fundo de Compensação	800,62	467,50
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	800,62	467,50

8.2 Créditos a receber

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	12.500,00	
Utentes	5.247,02	5439,02
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes adiantamentos		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	17.747,02	5.439,02

Nos períodos de 2018 e 2017 não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

8.3 Outros ativos correntes

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Outros instrumentos financeiros - Ações	10.480,53	10.480,53
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	96,71	218,08
Outras operações		
Outros Devedores		893,12
Perdas por Imparidade		
Total	10.577,24	11.591,73

8.4 Diferimentos

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	197,84	1.360,54
Total	197,84	1.360,54
Rendimentos a reconhecer		
mensalidades residências para estudantes	1.235,85	
rendas edifício	12.500,00	
Total	13.735,85	0,00

8.5 Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	215,08	433,84
Depósitos à ordem	45.482,02	4.988,72
Depósitos a prazo	145.000,00	130.000,00
Outros		
Total	190.697,10	135.422,56

8.7 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo social	2.207.167,92			2.207.167,92
Excedentes técnicos				
Reservas	6.832,66			6.832,66
Resultados transitados	297.315,99		146.932,38	278.964,94
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Total	2.511.316,57	0,00	146.932,88	2.492.965,52

8.8 Fornecedores

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores c/c	5.703,88	15.595,02
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores - faturas em receção e conferência		
Total	5.703,38	15.595,02

8.9 Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.330,13	4.973,46
Outros Impostos e Taxas		
Total	1.330,13	4.973,46
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	556,00	812,38
Segurança Social	1.867,26	1.873,97
Outros Impostos e Taxas	61,00	34,88
Total	2.484,26	2.721,23

8.10 Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		24.350,55		24.350,55
Credores por acréscimo de gastos		14.186,60		13.697,60
Outros credores		7.610,00		8.987,00
Total		46.147,35		47.035,15

8.11 Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2018	2017
Subcontratos	25,20	
Serviços especializados	21.402,45	23.889,26
Materiais	2.207,38	6.283,04
Energia e fluidos	22.545,52	24.459,85
Deslocações, estadas e transportes		1,80
Serviços diversos	37.097,38	27.689,73
Total	83.277,93	82.323,68

8.12 Outros rendimentos

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	77,00	237,56
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,10
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - rendas	112.500,00	
Correções relativas a períodos anteriores		
Imputação de subsídios para investimentos		
Outros rendimentos e ganhos	69,46	
Juros de depósitos e rendimentos similares	962,55	1.606,19
Total	113.609,01	1.843,85

8.13 Outros gastos

Descrição	2018	2017
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Donativos		
Quotizações	176,00	140,00
Outros gastos	0,29	0,17
Apoios monetários concedidos		
Total	176,29	140,17

8.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2018

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado | Paulo Filipe Matias Gomes Morais

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o nº 92739



Parecer do Definitório

Nos termos da alínea d) do artigo 25 dos estatutos da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, vimos apresentar o parecer sobre o relatório e contas, referentes ao exercício de 2018, elaborados pela Mesa Administrativa.

O resultado líquido do período cifrou-se num valor negativo de 10.089,53 euros, para o qual contribuíram os valores mais significativos das seguintes rubricas:

Dos rendimentos

- “Vendas e serviços prestados” com 140.563,76 euros que tiveram um acréscimo de 5,57% relativamente ao exercício anterior;
- “Outros rendimentos” com o valor de 113.570,73 euros em que a subrubrica “Rendas” atingiu 112.500 euros correspondentes a 9 meses de renda, em 2018, dos prédios arrendados.

Dos gastos, destacam-se as seguintes contas que mantiveram quase iguais os valores absolutos do ano anterior:

- “Fornecimentos e serviços externos” com 83.277,93 euros,
- “Gastos com pessoal” com 108.739,24 euros,
- “Gastos de depreciação” com 72.388,84 euros.

Durante o ano de 2018, acompanhámos os esforços da Mesa Administrativa para melhorar a situação económico financeira da nossa instituição que se veio a verificar, sendo de notar a assinatura do contrato de arrendamento dos prédios onde funcionou a exploração hospitalar e o recebimento dos primeiros 9 meses de renda.

Tendo o Definitório feito as análises adequadas e obtido os esclarecimentos necessários, é de parecer que o relatório e as contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativas ao exercício de 2018, refletem adequada e apropriadamente, nos aspetos mais relevantes, a situação financeira da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, pelo que propõe à Assembleia Geral que sejam aprovados.

O Definitório expressa ainda o seu agradecimento à Mesa Administrativa e aos Serviços da Associação pela colaboração prestada.

Porto, 19 de Fevereiro de 2019

O Definitório

